

MINUTA DA REUNIÃO DA MESA NACIONAL, 14 OUTUBRO DE 2017

A reunião da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda de dia 14 de outubro de 2017, teve início às 11h00, começando com a votação da constituição da Mesa da Mesa Nacional, sendo composta pelos camaradas Fabian Figueiredo, Catarina Príncipe e Joana Pires. A constituição da mesa de direção dos trabalhos foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente foi proposta pela mesa a seguinte OT:

1. Eleições autárquicas
2. Informação sobre o anteprojeto da declaração de Lisboa
3. Orçamento do Estado e Situação Política
4. Informação sobre as eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira
5. Proposta de Abertura de Comissão de Inquérito

A Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade. Foi ainda sugerido pela mesa que o tempo das intervenções fosse de 4 minutos.

A Mesa Nacional foi informada da demissão do camarada Francisco Alves da Coordenadora Nacional do Trabalho do Bloco de Esquerda.

SUBSTITUIÇÕES

Moção A

Ausentes: António Chora, José Manuel Pureza, José Soeiro, Sara Rocha, Ana Rosa, Filipa Gonçalves, Mariana Gomes, Rui Curado Silva, Moisés Ferreira, Cristina Semblano e Júlia Pereira.

Substituíram: Arnaldo Sarroeira, Beatriz Arnedo, Francisco Colaço, Humberto Silveira, Joana Pires, Joel Oliveira, Luís Cabral.

Moção B

Ausentes: João Madeira, Jorgete Teixeira, Cristiana Sousa e Jorge Candeias

Substituíram: Bruno Candeias, Rui Beles Vieira, Jorge Pinto e André Antunes.

Moção R

Ausentes: Alex Gomes, Mamadou Ba, Clara Alexandre, Érica Almeida Postiço e Elisabete Figueiredo.

Substituíram: Afonso Jantarada, Eduardo Fernandes, Filipe Teles, João Rodrigues, Paula Coelho.

PRIMEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

Pedro Soares introduziu o ponto relativo às eleições autárquicas, tendo intervindo os camaradas Rui Costa, Adelino Fortunato, Luís Cabral, Bruno Candeias, Paulo Teles, Maria Helena Figueiredo, Afonso Jantarada, Luís Gomes, António Lima, Patrícia Barreiras, Catarina Vieira, Cecília Honório, Francisco Colaço, Maria José Vitorino, João Vasconcelos, Maria Manuel Rola, Heitor de Sousa, Luís Filipe Pereira e Nelson Peralta.

PONTOS 2,3 E 4 DA ORDEM DE TRABALHOS

Os pontos 2,3 e 4 foram fundidos, por proposta da Mesa, decisão que foi aprovada por unanimidade. Assim, Catarina Martins apresentou a Proposta de Resolução Política da Comissão Política, Samuel Cardoso apresentou a proposta de Resolução Política dos camaradas que subscrevem a moção R, Marisa Matias apresentou o anteprojeto da declaração do Plano B em Lisboa e Roberto Almada apresentou uma informação sobre as eleições regionais da Madeira.

Neste ponto intervieram os e as camaradas: Alberto Matos, Adelino Fortunato, Rui Cortes, Serafim Duarte, João Camargo, Mariana Mortágua, Ana Massas, Luís Monteiro, Ricardo Moreira, Carlos Carujo, João Meneses, Maria Helena Figueiredo, Pedro Filipe Soares, Rui Beles Vieira, Jorge Costa, Maria Luísa Cabral, Luís Fazenda e João Rodrigues.

Catarina Príncipe encerrou o ponto por parte da moção R e Catarina Martins por parte da Comissão política.

QUINTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

O quinto ponto da Ordem de Trabalhos foi apresentado por Adelino Fortunato. Intervieram neste ponto Irina Castro, Afonso Jantarada, Joana Mortágua, Rui Beles Vieira, Serafim Duarte e Jorge Costa.

VOTAÇÕES GLOBAIS

Foi aprovado por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento da camarada Clara Alexandre (em anexo).

Votação da ratificação de Aderentes adiada para a próxima Mesa Nacional

Projetos de Resolução Política

- a) Os projetos de resolução foram votados em alternativa. O projeto de resolução apresentado pela Comissão Política foi aprovado por maioria, tendo-se registado 8 votos no projeto de resolução da moção R e 6 abstenções.

Proposta de abertura de inquérito do Bloco de Esquerda

a) Foi aprovada a abertura de um inquérito por maioria com 10 votos contra e 6 abstenções.

b) Foi votada em urna a constituição da Comissão de Inquérito por Cristina Andrade, Filipa Gonçalves e Nelson Peralta. A proposta foi aprovada com 38 votos SIM, 11 votos NÃO e 6 abstenções.

Os camaradas eleitos pela Moção B apresentaram uma declaração de voto (em anexo).

ANEXOS

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA CAMARADA CLARA ALEXANDRE

Voto de Pesar

Clara Alexandre, Santa Comba Dão, 57 anos, ativista e membro eleito da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda, faleceu no passado dia 9 de Setembro.

Com um longo historial de luta, dentro e fora do Bloco de Esquerda, a camarada Clara teve um percurso comprometido com o aprofundamento da democracia, na luta pelos direitos fundamentais e, em particular, os ambientais. Enquanto eco-socialista, a camarada Clara bateu-se sempre pelos direitos e a justiça, ambiental e climática, articulando estas lutas com as dimensões da saúde e trabalho, tanto ao nível local como nacional.

O seu percurso deixa marcas importantes em movimentos como a AZU - Ambiente em Zonas Uraníferas, e o MUAP - Movimento de Utentes das Águas do Planalto Beirão, bem como um legado para o Bloco de Esquerda sobre a importância da articulação das lutas do trabalho com as do ambiente e as do feminismo.

A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda, reunida a 14 de outubro de 2017, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento da camarada Clara Alexandre e presta homenagem à sua família, amigxs e camaradas.

Do que uma mulher é capaz

As coisas que ela faz

P'ra chegar aonde quer

É capaz de dar a vida

P'ra levar de vencida

Uma razão de viver

(adaptado da música de José Mario Branco - Do que um homem é capaz, cantada no momento da despedida da Clara plxs familiares, camaradas e amigxs)

- i) [Resolução proposta pela Comissão Política \(abrir link externo\)](#)
- ii) [Resolução proposta pela Moção R \(em baixo\)](#)

Construir uma alternativa à normalização da austeridade

Projecto de resolução para a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda

14 de Outubro de 2017

1. O Bloco tem que se constituir como alternativa

1.1 Os acordos bilaterais entre os partidos de esquerda e o Partido Socialista permitiram abrandar o ritmo da austeridade e reverter alguns dos seus aspetos mais onerosos. No entanto, ao invés de contribuir para expor as suas próprias contradições e limitações, estes acordos têm permitido a normalização da austeridade *light*, não catapultando as mobilizações sociais e a emergência de alternativas realmente transformadoras. Tem-se consolidado assim a ideia de que a política que defende as pessoas só pode ser decidida em gabinetes ministeriais e não exigida nas ruas, locais de trabalho e noutros espaços de disputa social.

1.2 Garantida a sua sobrevivência política, o PS reforça-se agora com o maior resultado de sempre nas autárquicas contrariando a tendência de decréscimo eleitoral dos partidos socialistas europeus. Para isso tem contribuído: o falhanço da desajustada campanha agressiva por parte da direita mediática e a incapacidade do PSD de se desvincular do seu passado recente; a conjuntura económica internacional favorável; a descida da taxa de desemprego (por via da criação de emprego sem direitos) e o aumento das exportações; a perceção da sanidade das finanças públicas devido à descida do défice sustido também por via da contenção orçamental fruto de muitas cativações. Isto apesar da dívida pública continuar a ser reconhecidamente insustentável.

1.3 Portanto, o PS é claramente o partido que mais tem beneficiado com esta solução governativa e o BE tem de afirmar uma política efetivamente alternativa a este sistema, não podendo deixar o caminho aberto para uma maioria absoluta do PS.

2. Contornar o OE pela esquerda: mais investimento público

2.1 O BE tem que se consubstanciar como uma força muito mais reivindicativa e exigir um Orçamento de Estado que perspetive uma melhoria considerável das condições de vida da maioria das pessoas que vivem e trabalham em Portugal. É preciso concretizar uma proposta de orçamento claramente diferente daqueles que foram concretizados nos últimos dois anos e que consiga efetivamente transformar a relação de forças entre capital e trabalho. É preciso mais esquerda neste orçamento.

2.2 O Estado Social – que já era manifestamente insuficiente nos anos anteriores à crise - continua em risco, pois esta solução governativa não reverteu os cortes que este sofreu nos últimos anos. Não aceitar a normalização da austeridade significa exigir a recuperação da década de atraso do investimento público.

2.3 É preciso recuarmos até 2005 para vermos níveis tão baixos de investimento na educação: é preciso mais professores, mais assistentes operacionais, técnicos na escola, as tão exigidas mas sempre adiadas equipas multidisciplinares, mais escolas e menos alunos por turma – este último ponto fazia parte, aliás, do acordo entre BE e Partido Socialista e não se compreende como poderá voltar a ficar adiado. Registamos ainda que a vinculação de 6900 professores até agora efetuada e acordada fica muito aquém da exigência sobre a vinculação do total de 14400 professores contratados que o Bloco de Esquerda exigiu ao governo até ao final da legislatura. No entanto, e sempre comprometidos com o objetivo político de acabar com a precariedade na administração pública, constatamos que, no caso concreto dos professores, o modelo levado a cabo pelo governo e a sua operacionalização parte de pressupostos, medidas e decisões concursais injustas do ministro Crato, que foram repudiadas pelos

sindicatos, professores e, inclusive, pelo atual governo, que deixou de as adotar por as considerar injustas e discriminatórias. A reflexão e proposta política que, a partir de agora, se exige ao BE é estudar, compreender e propor um modelo concursal para o próximo ano letivo que, em conjunto com a integração dos novos professores, não provoque uma maior distorção no sistema de colocação de professores, e que as suas consequências não provoquem um inferno a mais docentes do que àqueles que vão ser vinculados. E por esta não ser uma questão menor quando falamos de precariedade e, nomeadamente, dxs precárixs do Estado - e quando este sector profissional representa, em números brutos, 23% de todos xs precárixs do Estado – torna-se ainda mais premente dar resposta à precariedade dxs professores, como medida essencial para combater a precariedade.

2.4 A saúde também continua com níveis de investimento inferiores a 2008: é preciso mais médicos no SNS, mais enfermeiros, mais técnicos, mais equipamento, mais hospitais, mais centros de saúde, um investimento maior para reforçar e alargar a rede de cuidados continuados e paliativos e o fim das taxas moderadoras. Um orçamento que não reverte as rendas das PPPs da saúde não poderá garantir os recursos financeiros indispensáveis para um SNS de qualidade realmente gratuito que sirva a população.

2.5 Nos transportes, particularmente insuficientes fora das grandes cidades do litoral, o desinvestimento público mantém-se. O plano de renovação da ferrovia, financiado com fundos europeus, é claramente insuficiente para garantir a renovação adequada, e a expansão, do meio de transporte que deveria ser a aposta principal do governo.

2.6 O BE deve reivindicar um salário mínimo de pelo menos 600 euros já para 2018 e que constitua um aumento efetivo no salário real das pessoas que trabalham, rejeitando manobras orçamentais para financiar esse crescimento através do aumento de impostos indiretos, por exemplo.

2.7 O reescalamento do IRS é uma medida necessária, mas a nova tabela proposta não recupera sequer a que vigorava anteriormente ao mandato austeritário de Vítor

Gaspar. Aumentar ainda mais o número de escalões, reduzindo os impostos para as classes baixas e aumentando os impostos para os rendimentos elevados, e taxar os rendimentos de capital de forma mais penalizadora do que os do trabalho (contrariamente ao que vigora atualmente) é da mais elementar justiça.

2.8 Nas leis do trabalho, o PS continua a jogar a cartada do liberalismo extremista. Finge-se que tudo muda para tudo ficar igual. O adiamento das mudanças nas regras dos recibos verdes mantém a precariedade profunda que destrói centenas de milhares de vidas. Não por acaso, em Portugal o consumo de antidepressivos aumentou nos últimos 4 anos: a precariedade no trabalho e noutras esferas cria um problema social que já não pode ser ignorado e para o qual a esquerda tem de ter uma resposta radical. O reforço insuficiente da capacidade da Autoridade para as Condições do Trabalho fiscalizar as ilegalidades cometidas pelos patrões é outra face da mesma moeda. É necessário dotar a ACT de meios para se fazerem cumprir as regras dos horários impostos por lei, bem como normas de segurança e salubridade no local de trabalho. O BE não pode abdicar que as leis de trabalho sejam desde já mudadas em favor dos trabalhadores, de forma significativa e imediata.

2.9 É preciso lutar pelo regresso das contratações coletivas, das indemnizações por despedimentos, dos pagamentos de horas extraordinárias e, sobretudo, voltar a questionar a pertinência capitalista de jornadas laborais longuíssimas que tiram anos de vida e tempo pessoal, impedindo novas contratações. Está na hora de começarmos a mudar a mentalidade de que quem trabalha mais horas é melhor trabalhador/a.

2.10 Este Orçamento de Estado não responde às promessas feitas a trabalhadores/as da Função Pública, cujo regime de progressão na carreira está congelado desde 2010 e a quem o governo diz, agora, que aquilo que lhes é devido só será plenamente restituído daqui a 4 anos, em 2021. 11 anos perdidos, 2 dos quais já fora do horizonte deste governo, deixando a porta aberta para o próximo governo adiar ainda mais este processo. As pensões serão aumentadas segundo as fórmulas definidas pela Segurança Social, mas a coragem necessária para um aumento assinalável que corrija as injustiças para com quem trabalhou está fora do horizonte.

2.11 Na habitação, com os lugares mais centrais das grandes cidades a saque pela voracidade da especulação imobiliária aliada ao *boom* insustentável do turismo, com populações inteiras de classe baixa e média a serem expulsas para as periferias, o governo prepara algumas alterações à regulamentação do “alojamento local” mas, no resto, deixa tudo como está: não existe nenhum plano estratégico para o desenvolvimento de um parque público de habitação social que permita de facto romper com a ditadura do mercado na habitação. Na ausência de confronto com os centros de acumulação de capital, é igualmente reveladora a falta de coragem política para reduzir as rendas da energia, o que permitiria baixar os encargos sobre as famílias, as pequenas empresas e investir de forma sólida no desenvolvimento de fontes renováveis de energia. É urgente alargar a “impenhorabilidade” das casas de habitação pela banca e agravar o IMI para o património degradado dos fundos imobiliários.

2.12 A entrega do Novo Banco ao fundo abutre da *Lone Star* com garantias do Estado é completamente inaceitável. Após a injeção de 3900 milhões de dinheiro público seria fundamental que o banco fosse nacionalizado e que constituísse um eixo essencial para o investimento no sector produtivo do país.

2.13 Enquanto mantivermos a dívida acima de 130% do PIB e o pagamento dos juros continuar a alcançar encargos históricos, não teremos a capacidade de recuperar os serviços públicos e de modificar estruturalmente a economia a favor de quem vive, trabalha e trabalhou no país. No passado mês de Abril saiu o relatório do *Grupo de Trabalho para a Sustentabilidade da Dívida Externa e Pública* que não obteve uma consequência política consistente. Nunca é tarde demais para o BE delinear uma estratégia de campanha pelo controle público da banca que combata esta ditadura financeira e impulsione as ruas, pois acreditamos que só assim é que teremos vitórias duradouras que melhorem significativamente a vida da população. Não podemos permitir que as novas gerações se habituem a crescer sem direitos.

2.14 O Orçamento de Estado para 2018, tal como o conhecemos até agora, não reúne as condições necessárias para ser votado favoravelmente pelo Bloco de Esquerda, que se baterá por um Orçamento que responda de forma efetiva aos anseios de quem vive e trabalha neste país.

3. Enraizar localmente e conectarmo-nos em Bloco

3.1 As eleições autárquicas de dia 1 de Outubro saldaram-se por uma vitória clara do PS que conseguiu beneficiar da actual popularidade da solução governativa e da acalmia da crise económica.

3.2 A direita sofreu uma derrota de proporções diferentes: o PSD viveu uma derrocada eleitoral, uma percepção que foi aumentada pelos resultados desastrosos em Lisboa e no Porto, que resultou no afastamento da liderança de Passos Coelho; pelo contrário, o CDS reforçou a sua liderança à boleia do resultado em Lisboa, apesar de ter diminuído bastante o número de votos e de eleitos.

3.3 O PCP viu o declínio da sua relevância autárquica. As perdas de Câmaras como Almada, Barreiro e Beja e de várias maiorias absolutas são golpes fortes em pilares principais do partido.

3.4 De registar ainda que a abstenção, apesar de ter descido ligeiramente, permanece em níveis muito altos nas eleições locais que deveriam ser momentos políticos de maior proximidade entre eleitores/as e eleitos/as.

3.5 O Bloco de Esquerda não conseguiu capitalizar suficientemente ao nível local nem os efeitos dos resultados obtidos nas eleições legislativas nem do mediatismo nacional de forma a ancorar-se definitivamente como partido autárquico. Nos grandes centros urbanos, onde a votação segue de mais perto os ciclos nacionais, registou-se uma subida significativa face ao ciclo eleitoral negativo de 2013 mas, em muitos deles, as

votações ou corresponderam a subidas pequenas ou aproximam-se daquelas registadas em 2009 e/ou 2005.

3.6 Apesar do aumento do número de eleitos/as e dos esforços militantes, a falta de implantação e de trabalho local permanente continua a ser a regra quebrada por algumas notáveis excepções. O BE é um partido centralizado e ultra-mediatizado e isso não é uma inevitabilidade nem é culpa das debilidades das estruturas locais. Tem sido uma escolha.

3.7 Os objectivos enunciados pela direcção do BE foram minimalistas: à disputa policêntrica preferiu-se apostar quase tudo apenas na eleição de um vereador em Lisboa onde se sabia que esta dificilmente fugiria como o diziam todas as sondagens. De entre os outros objectivos realçados a candidatura de Salvaterra de Magos não reconquistou a Câmara e foi um claro equívoco político; e o anúncio da possível conquista da Câmara de Torres Novas também se veio a revelar um erro, uma vez que transformou uma vitória com aumento de votos sustentado com trabalho local continuado numa semi-derrota aos olhos da opinião pública.

3.8 Estas eleições ficaram marcadas pelo “Lisboa-centrismo” no discurso e nas práticas do Bloco. Concentraram-se recursos e discursos no concelho de Lisboa acabando por se deixar transmitir a imagem que o país é o concelho de Lisboa e o resto é paisagem, uma mensagem que lesa as periferias e o interior.

3.9 A recuperação de um vereador em Lisboa teve o mérito de ser abertamente autárquica: feita por um protagonista local e disputando fortemente os temas da turistificação/habitação. Teve contudo o contraponto de ter embarcado numa imagem mediatizada da política e de se ter baseado num discurso dúbio acerca de assumir ou não pelouro.

3.10 O Bloco de Esquerda continua a ter pela frente desafios profundos ao nível autárquico que devem fazer-nos reformular a coordenação autárquica e o

investimento no trabalho autárquico e local. Passado o período eleitoral, cabe-nos repensar o actual modelo de autarquias, as suas disfuncionalidades e o seu afastamentos dos/as cidadãos/ãs. Cabe-nos também o desafio de lançar um amplo debate no sentido de aprofundar propostas e alternativas aos modelos capitalistas de gestão das cidades e dos territórios. A dinamização de um Fórum permanente de debate sobre práticas políticas locais é um passo mínimo nesse sentido.

4. A solidariedade internacionalista num mundo infestado de nacionalismos

4.1 Desde a eleição de Trump nos EUA as velhas ideias reacionárias ganham espaço enquanto representantes de interesses concretos dos capitalistas nacionais num mundo que não deixou verdadeiramente de estar em crise.

4.2 A ameaça norte-americana de guerra total à ditadura de Pyongyang não deixa de constituir um perigo com potencial destrutivo de massas. A política externa de Trump alimenta o desejo conservador de fortalecer o armamento e a indústria da guerra, reforçando a urgência das esquerdas de exigirem o desarmamento nuclear.

4.3 Entre as ameaças diretas de intervenção militar, Trump coloca em curso pesadas sanções económicas sobre a Venezuela e Cuba. Durante o seu discurso na ONU, no passado mês, Trump referiu-se a estes países como o seio de um sistema cruel e de ideologias desacreditadas.

4.4. Na Venezuela este discurso contribuiu para a desmobilização da oposição liderada pela MUD. O apoio dos líderes fascistas da MUD às sanções e à narrativa imperialista norte-americana, e a esperança que muitos e muitas venezuelanas ainda depositam na revolução bolivariana mas não se revêem em Maduro, estão entre os fatores que contribuem para o estado atual de apatia em vésperas de eleições regionais. **O BE deve fazer todas as críticas políticas ao regime de Maduro, sem que com isso contribua no reforço da doutrina *Monroe* na América Latina.**

4.5 O direito à autodeterminação dos povos está consagrado na Constituição da República portuguesa e permitiu-nos, enquanto movimento popular, contribuir para a independência de Timor-Leste. Respeitar e defender esse mesmo direito do povo catalão é o mínimo que se exige a qualquer democrata, a qualquer republicano. Devemos denunciar efusivamente a repressão exercida pelo governo do Estado

espanhol à convocação do referendo sobre a independência da Catalunha. **O BE compromete-se a defender que o governo português aceda ao apelo da Generalitat e se ofereça como intermediário no sentido de travar a repressão na Catalunha e potenciar o diálogo possível, respeitando as ambições independentistas do povo catalão.**

4.6 Há uma tendência no Partido da Esquerda Europeia que não percebe a circunstância que levou a um apoio da esquerda portuguesa ao governo do PS. Na impossibilidade de fazer frente a esta corrente de pensamento, que defende como estratégia coligações de governo com os sociais-liberais pela Europa, **o BE assume a organização da cimeira do Plano B em Lisboa, como instrumento de ultrapassagem das barreiras proporcionadas pelos reformistas do capitalismo, da UE e do Euro.**

Afonso Jantarada

Carlos Carujo

Catarina Príncipe

Eduardo Fernandes

Filipe Teles

Irina Castro

João Rodrigues

Paula Coelho

Samuel Cardoso

INFORMAÇÃO SOBRE AS ELEIÇÕES REGIONAIS DA MADEIRA

Mesa Nacional
14 de outubro de 2017

Sobre as eleições regionais da Madeira

A Convenção Regional da Madeira, prevista para início de 2018, definirá a orientação do Bloco de Esquerda até às eleições regionais do ano seguinte.

As decisões a tomar na próxima Convenção Regional são de grande importância e, assim, a Comissão Política agendou para a presente reunião da Mesa Nacional um ponto acerca da situação política regional após as autárquicas e que possa informar o debate sobre a estratégia do Bloco de Esquerda para as eleições regionais previstas para setembro/outubro de 2019.

Para proporcionar um debate partilhado e alargado, na pluralidade das nossas opiniões, realizou-se em julho passado, no Funchal, uma reunião entre a Coordenadora Regional e a Comissão Política, representada por Jorge Costa.

No debate, a participação do Bloco de Esquerda na coligação que governa o município do Funchal foi valorizada positivamente. Foi também destacada unanimemente a especificidade da realidade autárquica e a necessidade de afirmar a autonomia do Bloco nas próximas eleições regionais, mantendo a apresentação de listas próprias à Assembleia Legislativa Regional da Madeira.

A Comissão Política do Bloco de Esquerda, no respeito pela autonomia da organização do Bloco de Esquerda da Madeira, continuará a acompanhar este debate.

ANTEPROJETO DE DECLARAÇÃO DO PLANO B – LISBOA

Cimeira Plano B - Declaração de Lisboa

Mobilizar por uma Europa da Cooperação Democrática e da Solidariedade

Nós, ativistas sociais e políticos reunidos em Lisboa sob o mote "Por uma Europa da Cooperação Democrática e da Solidariedade", assumimos todo o legado deste apelo e das declarações do Plano B em Paris, Madrid, Copenhaga e Roma.

Os povos da Europa, no atual quadro institucional, sofreram um brutal ataque às suas democracias e aos direitos do trabalho. Os tratados europeus, sob pressão das regras do mercado interno e da união monetária, foram uma arma para a degradação dos direitos dos trabalhadores, da propriedade pública e dos direitos sociais. O autoritarismo federal europeu cresceu à custa dos recuos nas conquistas sociais e políticas dos trabalhadores e dos povos.

A força da economia e das sociedades da Europa construída no pós Segunda Guerra Mundial tinha a sua raiz nos direitos conquistados pelos trabalhadores e os povos. Esses Estados Sociais promoveram, em diferentes graus, o desenvolvimento social através de políticas públicas de saúde, educação, segurança social, transporte e telecomunicações, ciência e cultura. Essas democracias com direitos sociais dependeram sempre de uma base de propriedade pública e impostos progressivos. A via do investimento público e do controlo público de setores estratégicos da economia precisa de ser retomada para um fortalecimento das democracias e uma cooperação solidária à escala europeia. Essa é o caminho para a elevação dos padrões sociais e ambientais dentro e fora da Europa.

A construção de um plano B para a Europa assume esse legado de conquistas sociais e democráticas e afirma-se também como alternativa solidária ao ressurgimento das forças reacionárias, neofascistas, ultranacionalistas, aos perigos do racismo e da xenofobia. Reafirmamos o nosso compromisso comum com as liberdades individuais e coletivas e com os direitos sociais que promovem sociedades abertas a acolher refugiados e imigrantes.

A via progressista é a que abre as portas à cooperação democrática e à solidariedade. Devolver poderes aos parlamentos nacionais e à cidadania é a via para construirmos um futuro comum. Estamos unidos no nosso Não ao plano Merckon atualmente em debate na UE. Rejeitamos um exército europeu e política da guerra, rejeitamos um ministro das finanças europeu, a centralização do poder sobre os orçamentos dos Estados e a menorização dos parlamentos. Não se pode usar a mesma receita desde Maastricht para resolver os problemas que ela criou.

As nossas forças políticas e os movimentos sociais devem empenhar-se na mobilização de maiorias sociais em cada país para um programa de cooperação democrática e solidariedade europeia que permita: políticas de desenvolvimento social que quebrem com o poder do BCE, permitam o financiamento direto aos Estados, a redistribuição do investimento público, a reestruturação das dívidas públicas e, com isso, eliminar dívidas ilegítimas, ilegais, odiosas e insustentáveis. Precisamos de exigir uma conferência sobre a reestruturação das dívidas públicas. Onde quer que conquistemos a liderança de países, esses governos progressistas farão parte de um processo de desobediência aos tratados por uma Europa solidária, completando o movimento de desobediência cívica da cidadania. Esse é o caminho para uma política de desenvolvimento social. Entre salvar a UE e o Euro e salvar os nossos povos das garras da austeridade, escolheremos sempre preservar os direitos sociais e democráticos dos nossos povos.

PROPOSTA DE ABERTURA DE INQUÉRITO DO BLOCO DE ESQUERDA

- 1) Atendendo ao facto de o “Comité Executivo do Socialismo Revolucionário” ter solicitado ao Bloco de Esquerda, no transato mês de agosto, a utilização de materiais de propaganda eleitoral autárquica do Bloco nas iniciativas próprias da organização “Socialismo Revolucionário”;
- 2) Atendendo ao facto de a Comissão Política do Bloco de Esquerda ter recusado esse pedido por escrito, fundamentando que os materiais de propaganda eleitoral autárquica do Bloco são objeto de divulgação nas “ações agendadas pelo Bloco e nas suas iniciativas próprias”;
- 3) Atendendo ao facto de o Secretariado Nacional da Comissão Política ter sido informado que a organização política “Socialismo Revolucionário” produziu e divulgou propaganda alusiva à campanha do Bloco de Esquerda;
- 4) Atendendo ao facto de o Secretariado Nacional ter sido informado que um conjunto de membros desta organização política exterior ao Bloco de Esquerda se terem identificado como membros do Bloco, reiteradas vezes, no curso de iniciativas públicas realizadas pela organização “Socialismo Revolucionário” no concelho de Lisboa durante os períodos de pré-campanha e campanha eleitorais;
- 5) Atendendo ao facto de, nessas iniciativas e contactos, os membros da organização “Socialismo Revolucionário”, a coberto do alegado apoio à candidatura autárquica do Bloco de Esquerda, se terem identificado perante os cidadãos que abordaram enquanto membros do Bloco e, sob essa apresentação, terem realizado angariação de fundos a favor da organização “Socialismo Revolucionário”.

Solicita-se à Mesa Nacional, nos termos do artigo 6º, nº 2, dos Estatutos do Bloco de Esquerda aprovados na X Convenção Nacional, a abertura de um inquérito tendo em vista o apuramento dos factos anteriormente expostos e a identificação de de eventuais medidas a tomar pela Mesa Nacional.

ANEXOS

1. COMUNICAÇÃO DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

Camaradas,

Aproximam-se as eleições autárquicas e a campanha já está no terreno. Vários militantes do Socialismo Revolucionário (SR) já estão, e estarão, envolvidos no esforço para que estas eleições autárquicas representem um grande avanço para o partido, nas suas lutas e na sua força organizativa e mobilizadora.

Além do contributo individual, achamos que a maneira de fazer a diferença (por pequena que seja) na consolidação do Bloco nas ruas e nas lutas da classe trabalhadora, passa por um apoio e participação colectiva do SR.

Vimos assim informar o órgão máximo do partido entre Convenções de que estaremos, enquanto colectivo, a fazer campanha pelo Bloco da melhor forma que nos for possível, gostaríamos que a Mesa Nacional reconhecesse esta nossa vontade e nos autorizasse a utilizar o material de campanha do partido na nossa actividade.

Por fim reforçamos a disponibilidade já demonstrada por vários militantes do SR para o esforço voluntário nas várias actividades da campanha, através dos vários núcleos que estão a dinamizar a campanha no terreno.

Saudações revolucionárias,

Comité Executivo do Socialismo Revolucionário

2) RESPOSTA DA COMISSÃO POLÍTICA AO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

Ao Comité Executivo do Socialismo Revolucionário

Acusamos a receção do pedido de utilização de materiais de propaganda do Bloco de Esquerda em iniciativas da organização Socialismo Revolucionário.

Vimos recusar esse pedido, posto que a propaganda do Bloco de Esquerda é divulgada exclusivamente em ações agendadas pelo Bloco e nas suas iniciativas próprias (onde a propaganda de outras organizações, naturalmente, não é admitida).

Nas ações públicas da campanha eleitoral, é bem-vinda a presença de membros das organizações que, na sua esfera própria, decidam apoiar candidaturas do Bloco de Esquerda, desde que essa presença ocorra a título individual e sem identificação coletiva.

Melhores cumprimentos,

A Comissão Política do Bloco de Esquerda

3) PROPAGANDA AUTÁRQUICA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

Nós, jovens e trabalhadores, dependemos de uma rede de transportes públicos e de qualidade para realizar as nossas mais simples necessidades. O Bloco de Esquerda tem um programa para os transportes públicos que é muito diferente daquele que tem sido seguido pelos partidos da direita até aqui.

UM VOTO NO BLOCO É UM VOTO PARA:

MAIS AUTOCARROS, MAIS CARREIRAS, MAIOR FREQUÊNCIA.

Tal como existem actualmente, os transportes públicos em Lisboa simplesmente não conseguem dar resposta às necessidades dos jovens e trabalhadores.

MAIS INVESTIMENTO NO METRO. A degradação do metro atinge níveis crescentemente perigosos, e só com mais investimento será possível garantir a segurança de trabalhadores e utentes, diminuir os tempos de espera, por um fim às constantes perturbações na circulação e aumentar o número de carruagens. O Bloco de Esquerda pretende ainda aumentar a rede do metro para a zona ocidental da cidade de Lisboa — até Campolide, Campo de Ourique, Alcântara, Ajuda e Belém.

PASSE GRATUITO PARA ESTUDANTES, DESEMPREGADOS E IDOSOS. O Bloco defende que ninguém pode ser impedido de se deslocar por não ter dinheiro.

OS DIREITOS CONQUISTAM-SE!

Na luta contra a precariedade, contra a especulação imobiliária, contra a degradação dos transportes públicos, um voto no Bloco de Esquerda é um primeiro passo em frente. Mas outros passos, mais importantes ainda, têm de seguir-se!

O empobrecimento e a insegurança em que vivemos não é acidental, é o resultado directo de políticas que favorecem uma minoria de privilegiados: os patrões, os senhorios e os grandes capitalistas. Direitos laborais com uma forte protecção dos trabalhadores, habitação a preços baixos com controlo das rendas e um grande investimento numa rede de transportes públicos gratuitos e de qualidade são medidas que transferem riqueza dos exploradores para os explorados, dos capitalistas para os trabalhadores, dos senhorios para os moradores.

Mas para o conseguir não basta votar. Nós, jovens e trabalhadores, precisamos de ir muito além do voto para fazer valer os nossos interesses, precisamos de organizar protestos de massas, ocupações, greves e outras acções de luta.

Os direitos conquistam-se! Em cada local de trabalho, em cada bairro, em cada escola e

universidade, precisamos de nos unir e organizar na luta por uma vida melhor. Sem comissões de trabalhadores, de moradores e de estudantes discutindo e agindo de forma organizada e democrática na defesa e na conquista de direitos, contra todos os ataques dos patrões, dos senhorios e das grandes empresas, não podemos esperar qualquer melhoria nas nossas vidas. Cada eleito do Bloco deve ser um porta-voz para a nossa luta, e cada voto no Bloco deve ser acompanhado pela construção de organizações dos trabalhadores e pela luta.

JUNTA-TE AO BLOCO DE ESQUERDA!

SÓ A ORGANIZAÇÃO É A FORÇA DOS EXPLORADOS!

O SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO APOIA O PROGRAMA DO BLOCO DE ESQUERDA PARA LISBOA COMO UM PASSO NA LUTA PARA CONSEGUIR:

O fim de todos os vínculos laborais precários, a extinção das empresas de trabalho temporário;

A contratação colectiva em todas as empresas, públicas ou privadas, com mais de 10 trabalhadores;

Controlo das rendas, para acabar com os despejos e garantir o acesso à habitação digna a qualquer agregado familiar independentemente do seu rendimento;

A nacionalização de toda a propriedade abandonada, a sua restauração e transformação em habitação e serviços públicos gratuitos e de qualidade — escolas, creches e infantários, cinemas, teatros, piscinas e campos desportivos, etc.;

A execução de um plano público de habitação digna, sob controlo democrático de comissões de moradores e trabalhadores, adaptado aos níveis de rendimento de cada agregado familiar;

A nacionalização da rede de transportes sob o controlo democrático de utentes e trabalhadores.



socialismohoje.wordpress.com

[socialismorevolucionariocit](https://www.facebook.com/socialismorevolucionariocit)

socialismo.revolucionario.cit@gmail.com

VOTA BLOCO DE ESQUERDA JUNTA-TE À CAMPANHA!

Nas eleições autárquicas de 1 de Outubro, nós, jovens e trabalhadores, devemos usar o direito ao voto para defender os nossos interesses. O programa do Bloco de Esquerda tem medidas que são um passo em frente na luta contra a precariedade, a especulação imobiliária e a degradação dos transportes públicos.

PRECARIEDADE ZERO!

A nova geração de trabalhadores não conhece contratos de trabalho dignos desse nome. Com um enorme número de desempregados, um vínculo laboral precário significa que os trabalhadores estão sob constante ameaça de despedimento. Nestas condições, todo o tipo de abusos se multiplica. Trabalhamos horas extraordinárias não pagas, temos salários em atraso, vemos as folgas, feriados e fins-de-semana serem suprimidos, não conhecemos férias, sofremos assédio moral e sexual, somos despedidos arbitrariamente, etc. Mesmo nos órgãos do Estado, como nas Câmaras Municipais, a precariedade e as suas consequências já se instalaram.

CONTRA ISTO, DESTACAMOS DUAS MEDIDAS DO BLOCO:

O FIM DA PRECARIEDADE PARA TODOS OS TRABALHADORES DA AUTARQUIA E DAS EMPRESAS MUNICIPAIS. O Bloco compromete-se a erradicar a precariedade de todas as empresas públicas no município.

A RETIRADA DE TODOS OS BENEFÍCIOS FISCAIS E APOIOS A EMPRESAS QUE TENHAM TRABALHADORES PRECÁRIOS. O Bloco pretende excluir dos benefícios fiscais e apoios todas as empresas que pratiquem a subcontratação, baixos salários, vínculos laborais precários ou discriminação de género. Além disso, exigirá das empresas políticas de integração laboral de pessoas com deficiência.

"NEM CASAS SEM GENTE NEM GENTE SEM CASA!"

A especulação imobiliária está a transformar Lisboa numa cidade onde a habitação não só deixou de ser um direito como passou a ser um luxo. As famílias da Área Metropolitana de Lisboa gastaram em média, durante os anos de 2015 e 2016, cerca de um terço do

HABITAÇÃO PARA TODOS! TRANSPORTES PÚBLICOS DE QUALIDADE! TRABALHO COM DIREITOS!

seu rendimento anual em despesas de habitação, segundo o INE. Sabemos que entre famílias de classe trabalhadora a situação chega a ser pior.

Com rendas tão altas, a nova geração de trabalhadores, aprisionada num ciclo vicioso de precariedade e desemprego, é incapaz de ter casa própria. Os jovens permanecem em casa dos pais ou contentam-se com habitação extremamente precária e partilhada.

O Bloco, nestas autárquicas, defende medidas importantes para melhorar a vida dos jovens e trabalhadores, medidas que merecem o nosso apoio.

PARA CRIAR HABITAÇÃO A CUSTOS BAIXOS, O BLOCO DE ESQUERDA DEFENDE:

UMA BOLSA DE ARRENDAMENTO MUNICIPAL, ou seja, que a Câmara Municipal deve disponibilizar as casas que tem para arrendamento a custos baixos, assim como outras propriedades do sector público. O Bloco pretende ainda que a Câmara reabilite e construa habitação para esta bolsa de arrendamento.

MAIS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DE QUALIDADE. Os estudantes de Lisboa pagam duas propinas: a primeira à universidade, a segunda a um senhorio. Ambas são inadmissíveis e, para abolir a segunda, o Bloco pretende criar mais residências universitárias a baixo custo.

TRANSPORTES AO SERVIÇO DAS PESSOAS, NÃO DO LUCRO!

Sem transportes públicos a baixos custos e de qualidade, a mobilidade torna-se um luxo. Todos aqueles que não conseguem suportar os custos de veículos particulares ou de passes a preços exorbitantes — os trabalhadores precários, os desempregados, os estudantes, os idosos com reformas miseráveis — só podem deslocar-se até onde conseguem caminhar, ou até onde alguém os transportar. Perdem toda a autonomia. Pior ainda, sem mobilidade, perdemos o acesso à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura, etc.

4) PUBLICAÇÃO DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO SOBRE A ANGARIAÇÃO DE FUNDOS



Socialismo Revolucionário - CIT Portugal adicionou



15 fotos novas.

8/10 às 18:23 · 🌐

AUTÁRQUICAS 2017 | SR em campanha pelo Bloco de Esquerda

Como anunciado no dia 30 de Agosto, o Socialismo Revolucionário esteve envolvido na campanha autárquica em apoio ao programa do Bloco de Esquerda, destacando medidas importantes para a luta por transportes públicos de qualidade, habitação para todos, e trabalho com direitos.

Durante todo o mês de Setembro, quatro dias por semana, estivemos presentes nas ruas e casas de Benfca e Chelas. Chegámos a cerca de 4.000 famílias e dialogámos com centenas de pessoas que apoiaram o nosso envolvimento e propostas para a cidade com a compra de mais de 120 Centelhas — publicação oficial do SR-CIT —, e com donativos no valor de 122,95€. Juntamente com donativos de simpatizantes e membros da organização, esta campanha angariou um total de 570,87€.

Recusando qualquer financiamento de empresas ou de capitalistas, as pequenas contribuições financeiras dos moradores, estudantes e trabalhadores de Lisboa foram cruciais para atingirmos os objectivos políticos a que nos propusemos — como tivemos a oportunidade de explicar a todos aqueles que aceitaram discutir connosco.

Para além disso, estabelecemos dezenas de contactos de jovens e trabalhadores dispostos a organizar-se nos seus bairros e a levantar importantes reivindicações para lá do processo eleitoral, pela habitação, mobilidade e trabalho digno.

Saudamos os resultados do Bloco de Esquerda no Concelho de Lisboa e destacamos o importante crescimento que se deu em freguesias como a de Benfca — cujos resultados para a Câmara Municipal de Lisboa registaram um aumento de 761 votos (4,82%) para 1287 votos (7,25%) relativamente a 2013, e ainda uma diminuição da abstenção de 54,53% para 46,95%.